



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná
CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

EDITAL																																	
PROCESSO LICITATÓRIO nº 106/2026	PREGÃO ELETRÔNICO nº 29/2026																																
Objeto: Contratação de empresa especializada no Gerenciamento do Abastecimento de Combustível (gasolina, etanol, diesel comum, S10) da Frota de Veículos do Municipal de Goioerê-PR, em uma ampla rede credenciada de postos em Território Nacional, por meio de software específico, conforme especificações definidas.																																	
Base Legal: Lei nº 14.133/21 Lei Municipal nº 2.972/2023 Decreto Municipal nº 8.518/2023																																	
Condição de Participação: Exclusividade ME/EPP/Equip () Sim (X) Não	Critério de Julgamento: Menor preço global																																
Modo de Disputa Aberto	Valor máximo: R\$ 4.493.100,00																																
Início de recebimento das propostas: 19/06/2026 às 08h:00m <small>*horário de Brasília-DF</small>	Data da sessão pública: 03/07/2026 às 08:h00m <small>*horário de Brasília-DF</small>																																
Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br (UASG 451481)																																	
Prazo de entrega: 30 (trinta) dias	Vigência: 01 (um) ano																																
Recursos Orçamentários:																																	
<table><thead><tr><th>Cód.Red.</th><th>Funcional Programática</th><th>Fonte</th><th>Elemento da Despesa</th></tr></thead><tbody><tr><td>518</td><td>14.002.08.244.0014.2081</td><td>00935</td><td>3.3.90.30.00.00.00</td></tr><tr><td>631</td><td>15.005.15.452.0019.2025</td><td>00000</td><td>3.3.90.30.00.00.00</td></tr><tr><td>726</td><td>18.002.27.812.0009.2055</td><td>00000</td><td>3.3.90.30.00.00.00</td></tr><tr><td>147</td><td>10.002.04.122.0003.2011</td><td>00000</td><td>3.3.90.30.00.00.00</td></tr><tr><td>282</td><td>12.002.10.302.0012.2139</td><td>00494</td><td>3.3.90.30.00.00.00</td></tr><tr><td>648</td><td>16.002.20.606.0017.2089</td><td>00000</td><td>3.3.90.30.00.00.00</td></tr><tr><td>500</td><td>14.002.08.244.0014.2076</td><td>00000</td><td>3.3.90.30.00.00.00</td></tr></tbody></table>	Cód.Red.	Funcional Programática	Fonte	Elemento da Despesa	518	14.002.08.244.0014.2081	00935	3.3.90.30.00.00.00	631	15.005.15.452.0019.2025	00000	3.3.90.30.00.00.00	726	18.002.27.812.0009.2055	00000	3.3.90.30.00.00.00	147	10.002.04.122.0003.2011	00000	3.3.90.30.00.00.00	282	12.002.10.302.0012.2139	00494	3.3.90.30.00.00.00	648	16.002.20.606.0017.2089	00000	3.3.90.30.00.00.00	500	14.002.08.244.0014.2076	00000	3.3.90.30.00.00.00	
Cód.Red.	Funcional Programática	Fonte	Elemento da Despesa																														
518	14.002.08.244.0014.2081	00935	3.3.90.30.00.00.00																														
631	15.005.15.452.0019.2025	00000	3.3.90.30.00.00.00																														
726	18.002.27.812.0009.2055	00000	3.3.90.30.00.00.00																														
147	10.002.04.122.0003.2011	00000	3.3.90.30.00.00.00																														
282	12.002.10.302.0012.2139	00494	3.3.90.30.00.00.00																														
648	16.002.20.606.0017.2089	00000	3.3.90.30.00.00.00																														
500	14.002.08.244.0014.2076	00000	3.3.90.30.00.00.00																														
Disponibilidade do Edital: https://www.goioere.pr.gov.br/licitacao/ www.comprasgovernamentais.gov.br																																	



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná
CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

1. PREÂMBULO

1.1. Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ-PR**, por meio da Secretaria Municipal de Compras, Licitações e Contratos Administrativos, sediada na Av. Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, Goioerê – Paraná, realizará Contratação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL (menor taxa de administração), nos termos da Lei nº 14.133/2021, Lei Municipal nº 2.972/2023, Decreto Municipal nº 8.518/2023, demais legislações aplicáveis e exigências estabelecidas neste Edital.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada no **Gerenciamento do Abastecimento de Combustível (gasolina, etanol, diesel comum, S10) da Frota de Veículos** do Municipal de Goioerê-PR, em uma ampla rede credenciada de postos em Território Nacional, por meio de software específico, conforme especificações definidas., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2 A licitação será realizada em **único item**, conforme tabela constante do Termo de Referência.

2.3. **Havendo qualquer divergência entre a descrição ou a unidade de medida do objeto apresentadas no Edital e aquelas constantes no CATMAT na plataforma Compras.gov, prevalecerá a descrição estabelecida no Edital.**

ITEM	CATSER	UN. MEDIDA	QNT	DESCRIPTIVO	Vlr de Referência R\$	Vlr Total estimado R\$
1	25372	Mês	12	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - Administrar o fornecimento, gerenciamento, controle e aquisição de combustíveis (Etanol, Gasolina, Diesel S-500 e Diesel S-10), utilizando cartão magnético, tag ou tecnologia compatível.	374.425,00	4.493.100,00

2.4. A **forma de preenchimento e apresentação da proposta** encontra-se disposta no **Anexo III – Modelo de Proposta de Preços**, devendo a licitante se atentar para as observações constantes deste Anexo.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Nos termos do art. 4º, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, não se aplica à presente licitação o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado previsto nos art's. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, tendo em vista tratar-se de contratação de obra, cujo valor estimado é superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Da Proposta de Preços:

4.2.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

4.2.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.2.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

4.4. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2.2 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

4.5. O licitante deverá realizar o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.5.1. Valor (unitário e total) do item

4.5.2. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o **valor global anual** da proposta, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

4.5.2.1. A **forma de preenchimento do campo e apresentação da proposta** encontra-se disposta no **Anexo III – Modelo de Proposta de Preços**, devendo a licitante se atentar para as observações constantes deste Anexo.

4.5.4. Quantidade cotada, devendo respeitar os quantitativos descritos no termo de referência

4.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.6.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto.

4.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

4.9. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.11. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.12. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.12.1. O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.15.3 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.15.3.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.15.3.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.15. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.19. Da Habilitação Jurídica:

4.19.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

4.19.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

4.19.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.19.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

4.19.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.19.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

4.19.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

4.19.8. Em caso da participação de COOPERATIVAS, deverá apresentar complementarmente as seguintes documentações:

4.19.8.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764/1971;

4.19.8.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

4.19.8.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução da contratação;

4.19.8.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/1971, art. 107;

4.19.8.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

4.19.8.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

4.19.8.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

4.19.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.20. Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

4.20.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

4.20.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

4.20.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.20.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

4.20.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.20.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

4.20.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná
CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

4.21. Da Qualificação Econômico-Financeira

4.21.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

4.21.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

4.21.2.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

4.21.2.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

4.21.2.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

4.21.2.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

4.21.2.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

4.21.2.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

4.22. Qualificação Técnica:

4.22.1 Técnico Operacional:

4.22.1.1. Atestado, declaração ou certidão de capacidade técnica, em nome da Licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante detém capacidade operacional na execução de gerenciamento e fornecimento de combustíveis na quantidade de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos estimados;

a) O referido percentual é necessário para que a empresa comprove sua capacidade operacional de atendimento a demanda apresentada.

4.22.1.2. Atestado, declaração ou certidão de capacidade técnica, em nome da Licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante prestou serviços de gerenciamento e fornecimento de combustíveis em períodos sucessivos ou não, por um prazo de 3 (três) anos.

a) O referido prazo é necessário para que a empresa comprove sua capacidade operacional de atendimento a demanda continua.

4.22.1.3. Será admitido o somatório de atestados e/ou declarações de períodos distintos ou concomitantes para comprovação da capacidade técnico-operacional.



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

4.22.1.4. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da proponente, nem pela própria. São consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da proponente empresas por ela controladas ou empresas controladoras da proponente, ou empresas que tenham, no mínimo, uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente do atestado e da proponente.

4.22.1.5. A empresa deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos documentos, apresentando, quando solicitado, documentos comprobatórios, tais como cópias de notas fiscais, recibos, contratos, nota de empenho.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.7. O **intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **10,00 (dez reais)**.

5.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.9. Para o envio de lances no pregão eletrônico, será adotado o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.9.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

5.9.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.9.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.9.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.10. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.11. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.12. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.13. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.13.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.13.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.13.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.13.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.14. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.14.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.14.2. empresas brasileiras;

5.14.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.14.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

5.15. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido

11

Av. Amazonas, 280 – Jardim Lindóia – CEP: 87360-000 – Goioerê – Paraná
www.goioere.pr.gov.br





MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

no termo de referência, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.15.1. NÃO será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo

5.15.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.15.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.15.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.16. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.16.1. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.17. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5. e 4.4. deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. contiver vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7. JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos a partir do item 4.20 deste edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos art's 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Os documentos exigidos para habilitação serão solicitados pelo(a) Agente de Contratação, devendo ser enviados por meio do sistema opção enviar anexo, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período.



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

7.2.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais (não-digitais) quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.4. A verificação pelo Agente de Contratação, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.5. Os documentos relativos a habilitação somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.5.1 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

7.6. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

7.7.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.7.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.8. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.11. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

7.11.1 A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata, ou revogar a licitação.

7.12. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das documentações;

7.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, a proponente será **habilitada**.

8. DOS RECURSOS

8.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Declarada a vencedora, o Agente de Contratação abrirá prazo de 10 (dez) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata, exclusivamente em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

8.2.1 A ausência do registro de intenção de recurso, no prazo estabelecido no item anterior, implica a preclusão da oportunidade de interposição de recurso.

8.2.2. Registrada a intenção de recurso, a licitante deverá apresentar as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

8.2.3 Para a efetivação do recurso, alerta-se que o Sistema Eletrônico Compras.gov.br exige o preenchimento pela recorrente do campo referente às razões recursais no prazo indicado.

8.2.4. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

8.3. A intenção de recurso, razões e as contrarrazões, será endereçado ao Agente de Contratação, nos termos §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

8.3.1. O Agente de Contratação poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento.

8.3.2. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.goioere.pr.gov.br>, aba portal da transparência, aba processos licitatórios.

9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

9.1. O objeto deste Pregão será adjudicado e homologado pela Autoridade Competente.

10. DA ASSINATURA DO CONTRATO

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante vencedor será convocado para assinar o instrumento contratual no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de convocação, cujo prazo de validade estará nele fixado, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. Na hipótese de o licitante não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.4. O valor da taxa de administração e do percentual de desconto aplicados aos combustíveis propostos serão fixos e irrevogáveis.

10.5. As redes de postos de abastecimento apresentada pela contratada deverá praticar o preço de mercado à vista, de bomba, não podendo, porém, este preço exceder ao Preço Médio ao Consumidor, publicado no site oficial da Agência Nacional do Petróleo - ANP, vigente na semana e Região onde ocorrer o abastecimento, deste modo conforme valor praticado do combustível, haverá reajuste no valor pago a contratada.

11. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra, se for exigido;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra, se exigida, em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar a ata ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.5. fraudar a licitação

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada, quando exigida.

11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/ 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor lícitado.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% sobre o valor lícitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% sobre o valor lícitado.



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

12.1. Os licitantes devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o procedimento de contratação e de execução do objeto contratual.

12.2. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática colusivas”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste procedimento e nas cláusulas do Contrato; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

12.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

12.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução Contrato.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: sec.licitacoes@goioere.pr.gov.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, PRAZO DE ENTREGA, LOCAL E RECEBIMENTO

14.1. **Vigência do Contrato:** a vigência será de **01 (um) ano** contados a partir da data da assinatura citada no extrato do contrato.

14.2. **Condições de entrega:** O prazo para início da prestação dos serviços será de até **24 (vinte e quatro) horas** após a assinatura do contrato, observando-se, contudo, o cronograma de implantação com as etapas específicas de execução e acompanhamento conforme segue:

14.2.1. Da Implantação e Cronograma

14.2.1.1. O sistema de gestão deverá estar implantado em todos os postos da rede credenciada, em condições de pleno funcionamento, no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da assinatura do contrato, conforme cronograma definido pelo Contratante.

14.2.1.2. A implantação deverá assegurar

- a) Disponibilidade plena do sistema para registro e acompanhamento das operações de abastecimento.
- b) Cadastramento inicial de veículos, equipamentos e usuários.
- c) Condições adequadas para utilização dos cartões de abastecimento e acesso às funcionalidades de gestão.
- d) Treinamento básico dos usuários e gestores para operação do sistema.

14.2.1.3. Durante o período de implantação, deverá ser garantida a continuidade do atendimento da frota, sem prejuízo às atividades essenciais do Município.

14.2.1.4. No ato da assinatura do contrato, a empresa deverá apresentar rede credenciada mínima capaz de assegurar o atendimento imediato da frota municipal. O credenciamento integral dos postos necessários para cobertura completa deverá ser concluído em até **30 (trinta) dias corridos**, conforme cronograma aprovado pelo Contratante.

14.2.1.5. O cronograma de execução observará as seguintes etapas, que poderão ser ajustadas conforme necessidade operacional, desde que respeitado o prazo final de 30 (trinta) dias:



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

- a) **Até o 10º dia:** cadastramento dos veículos, equipamentos e usuários no sistema de gestão;
- b) **Até o 15º dia:** confecção e fornecimento dos cartões individuais de identificação da frota;
- c) **Até o 20º dia:** disponibilização ao Contratante dos dados cadastrais da rede credenciada;
- d) **Até o 25º dia:** realização do treinamento dos condutores e gestores credenciados;
- e) **Até o 30º dia:** conclusão do credenciamento dos postos necessários para atendimento integral das bases operacionais.

14.2.2. O processo de implantação compreenderá as seguintes atividades:

- a) Cadastro dos veículos;
- b) Cadastro dos usuários;
- c) Definição da logística da rede de postos credenciados;
- d) Preparação e distribuição dos equipamentos periféricos;
- e) Fornecimento ao Contratante dos dados cadastrais da rede credenciada;
- f) Treinamento dos condutores e gestores;
- g) Fornecimento dos cartões vinculados à frota.

14.2.2.1. A implantação do sistema deverá garantir todas as condições necessárias para seu pleno funcionamento, incluindo os recursos tecnológicos, operacionais e de suporte indispensáveis.

14.2.3. Dos Recursos Tecnológicos e Operacionais

14.2.3.1. O processo contemplará a disponibilização de softwares, equipamentos de leitura e transmissão de dados, credenciamento da rede, manutenção preventiva e corretiva, treinamento dos usuários e fornecimento de manuais de operação.

14.2.3.2. O sistema deverá estar totalmente operacional sem custos adicionais para a Administração, assegurando que a frota municipal tenha acesso contínuo, seguro e eficiente às funcionalidades de abastecimento e gestão desde o início da vigência contratual.

14.2.3.3. O sistema de gestão deverá dispor de suporte técnico disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, assegurando:

- a) Atualizações periódicas da plataforma informatizada, com registro das versões implementadas;
- b) Manutenção preventiva e corretiva dos recursos utilizados, com prazos máximos de atendimento definidos em contrato;
- c) Integridade dos dados de abastecimento, mediante mecanismos de backup automático e validação de registros;



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

d) Rastreabilidade das informações, permitindo identificar usuário, data e hora de cada operação;

e) Relatórios eletrônicos em tempo real, disponibilizados em formato digital padronizado, para acompanhamento imediato das operações e controle da frota pelo contratante.

14.2.3.4. O serviço será prestado de forma ininterrupta, por se tratar de atividade essencial ao funcionamento da frota municipal, garantindo o funcionamento essencial da frota municipal em atividades como transporte escolar, saúde e coleta de resíduos.

14.2.3.5. O serviço deverá ser conduzido de forma integrada e contínua, garantindo que todos os veículos e equipamentos da frota municipal tenham acesso imediato ao abastecimento e às funcionalidades do sistema de gestão.

14.2.3.6 O sistema de gestão deverá operar em ambiente informatizado on-line, permitindo consultas instantâneas sobre abastecimentos, serviços e relatórios. A execução contemplará:

a) Registro automático de cada operação com dados de veículo, condutor, combustível, quantidade, custo e local de abastecimento.

b) Disponibilização de relatórios eletrônicos por período, por veículo, por tipo de combustível e por condutor.

c) Parametrização direta pelo gestor, sem necessidade de intervenção externa, para definir limites de abastecimento, tipos de combustível autorizados e valores máximos por operação.

14.2.4. Da Segurança e Controle de Abastecimento

14.2.4.1. O abastecimento deverá ocorrer em rede credenciada de postos, praticando preços de mercado à vista e fornecendo comprovantes físicos ao condutor. Em situações excepcionais, o abastecimento poderá ser realizado em posto não credenciado, com posterior integração dos dados ao sistema de gestão para manter a rastreabilidade.

14.2.4.2. A execução do serviço deverá assegurar mecanismos de segurança, incluindo:

a) Uso de cartões individuais vinculados a cada veículo ou equipamento.

b) Disponibilização de cartões reservas para situações emergenciais.

c) Senhas pessoais para condutores, evitando utilização indevida.

d) Substituição imediata de cartões extraviados ou defeituosos, sem interrupção do serviço.

14.2.4.3. O suporte técnico deverá ser permanente, com manutenção preventiva e corretiva dos sistemas e equipamentos, além de atualização contínua do software de gestão.

14.2.4.4. Os cartões serão entregues sem custos ao Contratante, devidamente identificados de forma clara e segura, contendo informações necessárias para vinculação à frota municipal. A personalização visual poderá incluir elementos de

22

Av. Amazonas, 280 – Jardim Lindóia – CEP: 87360-000 – Goioerê – Paraná
www.goioere.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

identificação do Município, conforme orientação do Contratante, sem que isso represente ônus adicional.

14.2.4.5. Cada veículo da frota receberá um cartão individual, vinculado às suas informações cadastrais (marca, modelo, placa, chassi, capacidade do tanque, tipo de combustível, consumo médio e autonomia).

14.2.4.6. Será disponibilizado um cartão específico para o gerador de energia elétrica do prédio sede, destinado à aquisição de óleo diesel em galões.

14.2.4.7. Serão disponibilizados 05 (cinco) cartões “coringa” para situações excepcionais, como abastecimento de veículos não pertencentes ao patrimônio municipal ou substituição temporária em caso de perda ou inutilização de cartões. O uso desses cartões deverá ser previamente autorizado pelo gestor do contrato, devidamente registrado no sistema de gestão, com definição da validade do uso. Após o término da situação, o cartão retornará ao status de reserva.

14.2.4.8. A substituição de cartões defeituosos ou extraviados deverá ocorrer em até 02 (dois) dias úteis após solicitação eletrônica ou via sistema on-line. Nos casos de veículos destinados a serviços essenciais (como transporte escolar, saúde e coleta de resíduos), a empresa deverá assegurar solução imediata ou alternativa operacional que garanta a continuidade do abastecimento.

14.2.4.9. Os cartões novos serão emitidos para veículos que venham a integrar a frota em até 05 (cinco) dias úteis.

14.2.4.10. Cada condutor terá senha pessoal e intransferível vinculada ao seu cartão, sendo de inteira responsabilidade do usuário a guarda e sigilo dessa informação.

14.2.5. Do Abastecimento, Cadastro e Parametrização da Frota

14.2.5.1. O abastecimento será validado por senha individual do condutor, garantindo segurança e evitando uso indevido.

14.2.5.2. O abastecimento e os serviços serão operacionalizados por meio de sistema informatizado on-line, permitindo consultas em tempo real via internet.

14.2.5.3. O sistema registrará cada operação de forma individualizada, com dados de combustível, valor, quantidade, veículo, condutor, posto credenciado (nome e CNPJ), hodômetro, data, hora e local.

14.2.5.4. Cada veículo será cadastrado com informações mínimas como placa, marca/modelo, status (ativo/inativo), capacidade máxima de abastecimento, tipo de combustível, fabricante, ano de fabricação, versão, hodômetro e cor.

14.2.5.5. Cada usuário será identificado no sistema por nome, CPF e matrícula.

14.2.5.6. O gestor designado terá autonomia para parametrizar o sistema, definindo limites e condições de abastecimento, como:

- a) quantidade máxima de combustível por operação;
- b) quilometragem mínima entre abastecimentos;
- c) limites de consumo em períodos determinados;



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

- d) serviços autorizados;
- e) preço unitário máximo de combustível;
- f) tipos de combustível permitidos.

14.2.5.7. Todas as parametrizações poderão ser ajustadas diretamente pelo gestor, sem necessidade de intervenção da empresa fornecedora, garantindo agilidade e independência na gestão da frota.

14.2.5.8. A Contratada deverá garantir que o sistema de gestão e todos os procedimentos relacionados ao abastecimento e controle da frota estejam em conformidade integral com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD). Isso inclui:

- a) Tratamento adequado e seguro dos dados pessoais coletados (como CPF, matrícula, placa e demais informações vinculadas);
- b) Implementação de medidas técnicas e administrativas para proteção contra acessos não autorizados, perda, alteração ou divulgação indevida;
- c) Disponibilização ao Contratante de relatórios de conformidade e mecanismos de auditoria, sempre que solicitado;
- d) Responsabilidade exclusiva da Contratada por eventuais violações à LGPD decorrentes da execução do contrato.

14.2.6. Da Rede Credenciada e Cobertura

14.2.6.1. Os postos credenciados deverão garantir o abastecimento da frota municipal em horário compatível com as necessidades operacionais do Município, preferencialmente das 06h00 às 22h00, de segunda-feira a sábado. Em casos de demanda fora desse período, a empresa deverá assegurar alternativas que garantam o atendimento contínuo da frota.

14.2.6.2. No município de Goioerê, deverão estar disponíveis unidades estruturadas em número suficiente para assegurar o atendimento imediato da frota municipal, preferencialmente no mínimo 03 (três), podendo ser ajustado conforme necessidade operacional definida pelo Contratante.

14.2.6.3. A rede será distribuída de forma uniforme entre as regiões da cidade (centro, norte, sul, leste e oeste), assegurando economicidade e evitando deslocamentos desnecessários.

14.2.6.4. Nas principais rodovias federais e estaduais do Paraná (PR 082, 180, 323, 317 e 477; BR 272, 277, 369 e 487), o credenciamento deverá assegurar cobertura suficiente para os deslocamentos da frota municipal, preferencialmente com postos disponíveis em intervalos de 100 (cem) km. Quando não houver postos que atendam a esse critério, a empresa deverá apresentar justificativa e garantir alternativa operacional que assegure o abastecimento contínuo.

14.2.6.5. Quando não houver postos que atendam aos critérios, será realizada justificativa formal e credenciamento alternativo em até 15 (quinze) dias corridos.



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

14.2.6.6. Os novos credenciamentos solicitados pelo contratante também deverão ser efetivados em até 15 (quinze) dias.

14.2.6.7. As instalações dos postos credenciados deverão permitir manobras de caminhões e unidades móveis de abastecimento.

14.2.6.8. As alterações na rede credenciada serão comunicadas imediatamente ao contratante via sistema on-line.

14.2.6.9. O pagamento aos postos credenciados será realizado diretamente pela empresa gestora, não cabendo ao Contratante qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária. A empresa deverá assegurar que todos os pagamentos sejam efetuados dentro dos prazos acordados com os postos, mantendo registros atualizados e disponíveis para consulta pelo Contratante.

14.2.6.10. A rede credenciada estará sempre disponível para consulta atualizada, com endereços, contatos e informações pertinentes. Em situações excepcionais, o abastecimento poderá ocorrer em posto não credenciado, com posterior integração ao sistema de relatórios.

14.2.7. Dos Relatórios e Fiscalização

14.2.7.1. O sistema informatizado disponibilizará em tempo real os registros das operações, contendo informações como placa do veículo, identificação do usuário, estabelecimento, município, data, hora, tipo de operação, produto adquirido, quantidade, valor unitário e total, além da quilometragem registrada.

14.2.7.2. Os relatórios gerenciais fundamentais deverão incluir, no mínimo:

- a) Relatório cadastral dos veículos, contendo dados completos e atualizados;
- b) Controle de abastecimento por veículo, com registro de quilometragem, consumo médio, quantidade de litros e custo total por tipo de combustível, em periodicidade mensal e anual;
- c) Relatórios de consumo por unidade usuária, disponibilizados em periodicidade mínima mensal, contendo identificação dos veículos abastecidos, dados de consumo e preços médios e máximos conforme tabela da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis)

14.2.7.3. Os relatórios estarão disponíveis via web a qualquer momento, podendo ser emitidos relatórios específicos conforme necessidade do contratante, desde que relacionados ao controle da frota.

14.2.7.4. O abastecimento será realizado sempre pelo preço de mercado à vista, não podendo exceder o preço médio ao consumidor divulgado pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) para a região e semana correspondente.

14.2.7.5. Valores superiores ao máximo da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), serão considerados abusivos e deverão ser justificados, com possibilidade de ressarcimento em caso de dolo ou erro.



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

14.2.7.6. Promoções praticadas pelos postos credenciados serão automaticamente estendidas à frota municipal. O sistema permitirá registro de negociações de preços visando redução do valor de bomba em áreas de maior concentração de veículos.

14.2.8. Da Contingência e Suporte Técnico

14.2.8.1. O fornecimento seguirá todas as normas da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), e casos de adulteração ou irregularidades serão comunicados imediatamente ao contratante e às autoridades competentes.

14.2.8.2. Nos casos de falha dos equipamentos periféricos da rede credenciada ou dos cartões dos veículos, assim como na ocorrência de situações adversas, tais como falta de energia elétrica, a Contratada deverá disponibilizar procedimento contingencial por meio de serviço de atendimento ao cliente, com comunicação imediata ao Contratante e registro da ocorrência no sistema de gestão.

14.2.8.3. A rede credenciada deverá obter, por telefone, o número da autorização de abastecimento, a ser transcrito para formulário específico da Contratada, com posterior integração dos dados ao sistema informatizado, garantindo rastreabilidade e transparência.

14.2.8.4. O suporte técnico deve ser realizado por meio de serviço de atendimento ao cliente, por telefone, internet ou outro meio eletrônico. Para tal serviço, deve possuir uma central de atendimento com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia em todos os dias da semana, que permita ao Contratante o acesso ao suporte.

14.2.9. Da Capacitação e Treinamento

14.2.9.1. O programa de capacitação de pessoal será disponibilizado em até **15 (quinze) dias**, sem ônus para o Contratante, destinado a todos os fiscais e gestores envolvidos na utilização do sistema, incluindo:

- a) Operações de cadastramento, parametrização dos cartões e limite de crédito;
- b) Detalhamento dos procedimentos para utilização do software de gestão e emissão de relatórios;
- c) Informações relativas a eventuais falhas operacionais e providências necessárias para resolvê-las;
- d) Aplicação prática do sistema;
- e) Outras informações julgadas oportunas e necessárias para a correta utilização do sistema.
- f) O treinamento deverá ser registrado em ata ou relatório, para comprovação futura.

14.2.9.2. O treinamento deverá ser disponibilizado de forma presencial nas dependências do Órgão Contratante, ou em local por ele designado, podendo também ser realizado em formato remoto, conforme conveniência e alinhamento com o gestor ou fiscal.

14.2.9.3. Todos os materiais e equipamentos necessários para a realização do treinamento serão de inteira responsabilidade da empresa Contratada, sem ônus adicional para o Contratante.



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

14.2.9.4. Para contribuir com o processo de capacitação, será disponibilizado à Contratante e aos demais órgãos, no mínimo, 01 (um) exemplar do Manual do Usuário em língua portuguesa, em versão impressa ou digital (PDF), contendo orientações necessárias para a execução das atividades.

14.2.9.5. Quando houver alteração de funcionalidades do sistema que afetem diretamente a operação, a Contratada deverá oferecer treinamento de reciclagem, que poderá ser aplicado de forma presencial ou virtual, conforme definido em conjunto com o gestor ou fiscal.

14.3. **Local de entrega:** O serviço será prestado por meio de rede credenciada de postos de combustível, com abrangência mínima que assegure atendimento em todo o Estado do Paraná.

14.4. **Recebimento:** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

14.4.1. O fiscal do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

14.4.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

14.4.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

14.4.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

14.4.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.4.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

14.4.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

- a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- c) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- d) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- e) Enviar a documentação pertinente ao setor de finanças para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- f) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- g) Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- h) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

14.7. **Especificação da garantia da contratação:** O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

15. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

15.1. Para fins de pagamento, a Contratada deverá emitir conforme dados do Órgão usuário, nota fiscal relativa à quinzena de prestação dos serviços, detalhando o **valor dos combustíveis fornecidos** e o respectivo desconto.

15.1.1. A Nota fiscal referente a prestação dos serviços deverá ser em nome de **PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ**, inscrita no CNPJ sob nº 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, Goioerê - Paraná. Já para o faturamento da prestação dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde a nota fiscal deverá ser em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, CNPJ sob o nº 09.298.629/0001-34;

15.2. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco,



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

agência e conta corrente indicados pelo contratado, contados do recebimento da Nota Fiscal.

15.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que houver o ateste na nota.

15.4. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, (CND's Federal, Trabalhista e Certificado de Regularidade do FGTS).

15.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.6. Antes de cada pagamento será realizada consulta conforme dispostos no art. 68 da Lei 14.133/21 para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas.

15.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.7. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

15.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação fiscal e trabalhista.

15.11.1. Será rescindido o contrato com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, emergência ou calamidade pública ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

15.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração Pública, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = $(6 / 100)$	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

16. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

16.1. As partes deverão fielmente cumprir o contrato, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

16.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

16.4. A Responsável pela gestão do contrato será:

Gestora:

SERVIDOR	MATRICULA FUNCIONAL
Luciana Scudeler Barradas;	505385

16.5. Competirá ao gestor, coordenar as atividades relacionadas à fiscalização, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor responsável para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam possíveis prorrogações, alterações, reequilíbrio, pagamento, eventual



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná
CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

aplicação de sanções, cancelamento, formalização de contrato dentre outros que envolvam a gestão do contrato.

16.6. O(s) Responsável(is) pela fiscalização do contrato será:

Fiscais:

SERVIDOR	MATRICULA FUNCIONAL
Ademir Peres de Souza Junior	506037
Antônio Pacheco	406410
Ademilson da Silva Santana	505847
Adriana Aparecida Menezes Moreira	406468
Antônio Donizete Bernine	506219
Daiane Maria Bortoluzzi Ferreira	505880
Janaina Carolina de Oliveira	506230
Patrícia Maria Gervazio	505030
Alexandro Pastorello	5062001
Henrique de Lima Fernandes da Silva	5061441
Marines Alice de Souza	505027
Natã Oliveira da Silva	503755
Aline Serafim da Silva Rothenbucher Nakano	505205
Aline Calixto da Silva da Paixão	504711
Ana Flávia de Souza Costa	504992
Ana Luiza de Carvalho	506102
André Borrasca Ghiotto	406418
Andressa Ohara Chignalia	506227
Anirleia de Oliveira de Paula	54715
Antonia Simoni Aparecida de Amorim	506315
Arildo Gomes dos Santos	406432
Bruna Mayara da Silva	5061801
Camila Luiz Pinheiro	406433
Daniela de Souza Toniato	506235
Elisangela Teodoro Rafael	5061991
Fabiana Pereira	505597
Felipe da Costa Gueras	5061221
Gean Lucas Silvestre Farias	506012



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná
CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

Gisele Fernanda Alves de Camargo Kloster	406408
Henrique de Almeida da Silva	506061
Leia Rodrigues Merino	505922
Leones Ribeiro Aragão	505151
Lilian Andreza Ohara	505218
Liliane Sestak Lino	504976
Lillian Carla dos Santos	505881
Lorena Garcia Dantas	406431
Maria Eduarda da Cruz Chaves	406430
Maria Ivonete Cardoso de Macedo	406429
Mariana Mateus	505349
Marcos Massao Nakano	505236
Mayk Ramalho dos Santos	505388
Priscilla Garcia Saraceni Lopes Neiva da Silva Cotrim da Silva	505270
Renata Zamproni Dias	506372
Selma Aparecida de Souza	5061521
Regis Rogerio Luiz Chaves	406514
Rodrigo Dalmolin	505919
Viviane dos Santos	505248
Vanessa Marcon Pelóí Flávio	406517
Marcel Necésio Rodrigues Silva	406506
Alex Correia Costa	504718
André de Oliveira Dias	406435
Carlos Magno Lettrari dos Santos	504846
Larissa de Oliveria da Silva	406466
Lucas Gaspar Alencar	406465
André Hideki Sakata	504714
Valquiria de Paula	505009
Carolina Lélia Basaglia Jordão	502672
Igor Pavaneli Viqueti	406442
Sandra Regina de Souza Vieira	54766
Camila Danielle de Souza Felix	55231
Emerson de Almeida	505390



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná
CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

Fernando Roberto Parolo	505923
Guaracy Gimenes Ramos	505906
Sandra Souza e Souza	505906
Gabriela Tamy Santos Faleiros	406457
João Batista Alves Bezerra	406416
Patrícia Zamprone	505041
Pedro Pereira da Silva	504989
Ueder Barbosa Pereira Oliveira	505599
Vilson Domingos Salvador	406507
Cristiane Marçal dos Santos de Oliveira	506238
Patrícia Daniele Neris	505386
Pricila Alves de Souza Oliva Barbosa	506245
Tiago Faquineti de Aragão	55576
Abdias Abrantes Junior	506002
Claudiney Lacerda de Jesus	406406
Bruno Scardelato Tertulino	506240
Priscila Alves Siqueira	506570
Ednalva dos Santos de Barros Fogaça	506021
Eliane da Silva Marynowski	506529
Emerson Rogério Loverra	505634
Graciele Giopato Lima Rosa	504789
João Henrique Sartori Bruno	506565
Cassia Romão Pereira	55045
João Victor de Oliveira Cavalcante	506346
Lucas Augusto Garrido Scholz	506022
Elizangela Malagutti Martines Salvador	406518
Anna Jullia Fernandes Siqueira e Silva	406583
Claudia Helena Gobbo Boschetti	406534
Francisco Monteiro de Souza	406463
Giovana da Silva de Paula	406438

16.7. Caberá ao(s) fiscal(is) dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação de serviços e tudo dará ciência à Administração Municipal, competindo ao mesmo o acompanhamento com o objetivo de avaliar os produtos, bens e serviços nos moldes do termo de referência e solicitação de fornecimento, se for o caso, aferir se a quantidade,



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

qualidade, tempo e modo de entrega ou da prestação estão compatíveis com os indicadores estipulados no termo de referência e solicitação de fornecimento, bem como os pormenorizados no termo de referência, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração e o monitoramento dos aspectos administrativos e fiscais, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento, com relação a manutenção das obrigações de regularidade fiscal e trabalhista, auferidos mediante a verificação das certidões negativas atinentes àquelas mesmas exigidas na habilitação.

16.7.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

16.7.2. O(s) fiscal(is) do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16.7.3. As comunicações, notificações, interpelações ou esclarecimentos relativos à fiscalização ou cumprimento do contrato poderão se dar por intermédio do e-mail informado pela contratada na proposta, cabendo à contratada manter o cadastro atualizado para tal finalidade, salientando ainda que os prazos serão considerados pela administração a partir da data do envio da mensagem independente de recibo ou confirmação de leitura.

16.8. Compete ao gestor e ao(s) fiscal(is) conhecerem as normas, as regulamentações e os padrões estabelecidos pelo Município, Órgão de Controle Interno e demais legislações correlatas, quanto às suas atribuições e responsabilidades.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no deste Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

17.1.1. entregar o objeto conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, emitir nota fiscal após a conclusão dos serviços, na qual constarão as indicações pertinentes a prestação de serviços.

17.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 13, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

17.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado, em caso de avarias ou defeitos;

17.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da prestação de serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

17.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação/contratação direta;

17.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

17.1.7. assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados ou terceiros no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependências da Administração;

17.1.8. responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na prestação dos serviços.

17.1.9. cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

17.2. Rotinas a serem cumpridas:

17.2.1. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

17.2.1.1. Cadastro da frota: inclusão e atualização de dados de veículos (placa, modelo, combustível, capacidade, hodômetro).

17.2.1.2. Cadastro de usuários: identificação de condutores e gestores com CPF, matrícula e senha individual.

17.2.1.3. Parametrização do sistema: definição de limites de abastecimento, tipos de combustível autorizados, valores máximos e quilometragem mínima entre abastecimentos.

17.2.1.4. Controle de abastecimento: validação por senha pessoal, registro automático de cada operação (veículo, combustível, quantidade, valor, posto, data e hora).

17.2.1.5. Gestão dos cartões: emissão, substituição imediata em caso de perda/defeito, disponibilização de cartões reservas e vinculação individual por veículo.

17.2.1.6. Suporte técnico contínuo: atendimento 24h, manutenção preventiva/corretiva, contingência em caso de falhas.

17.2.1.7. Relatórios gerenciais: disponibilização em tempo real, com dados de consumo por veículo, unidade usuária e comparativo com preços da ANP.

17.2.1.8. Treinamento e capacitação: formação inicial e reciclagem de gestores e condutores, com manual do usuário e registro em ata.

17.2.1.9. Conformidade LGPD: proteção de dados pessoais, relatórios de conformidade e responsabilidade exclusiva da contratada por violações.

17.2.1.10. Rede credenciada: manutenção de postos credenciados em número suficiente, cobertura em rodovias e comunicação imediata de alterações.



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

17.2.1.11. Fiscalização e auditoria: mecanismos de rastreabilidade, relatórios de conformidade e auditorias periódicas.

17.2.2. Materiais a serem disponibilizados

17.2.2.1. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário, sendo:

- a) Cartões individuais: vinculados a cada veículo da frota, garantindo controle e rastreabilidade.
- b) Cartões reservas e coringa: para situações emergenciais ou substituição temporária.
- c) Softwares de gestão: sistema informatizado on-line para registro, relatórios e parametrização da frota.
- d) Equipamentos de leitura e transmissão: dispositivos para registrar e enviar dados de abastecimento em tempo real.
- e) Manuais de operação: impressos ou digitais, em português, para orientar gestores e usuários.
- f) Materiais de treinamento: apostilas, guias práticos e recursos didáticos para capacitação inicial e reciclagem.
- g) Formulários físicos de contingência: usados em casos de falha técnica ou abastecimento fora da rede credenciada.
- h) Equipamentos de backup: servidores ou dispositivos que assegurem integridade e recuperação dos dados.
- i) Ferramentas de manutenção: kits e equipamentos necessários para suporte técnico e reparos.
- j) Central de atendimento: infraestrutura de suporte técnico com funcionamento 24h.
- k) Materiais de auditoria: relatórios de conformidade, registros de rastreabilidade e fiscalização.
- l) Infraestrutura da rede credenciada: instalações adequadas nos postos, com espaço para manobras e atendimento da frota.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.3. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de propostas e documentos observarão o horário de Brasília-DF.



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

18.4. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante comunicação acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no site do município <https://www.goioere.pr.gov.br/licitacao/>, ou no portal de compras www.comprasgovernamentais.gov.br.

18.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

Anexo I - Estudo Técnico Preliminar - ETP;

Anexo II - Termo de Referência;

Anexo III - Orientações sobre a Etapa de Lances e Elaboração da Proposta;

Anexo IV - Modelo da Proposta;

Anexo V - Minuta do Contrato

Goioerê-Pr, 18 de junho de 2026

Assinado digitalmente

CLAUDIA ADRIANA CACELA ILTO DE MOURA
Secretária de Compras, Licitações e
Contratos Administrativos



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná
CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Disponível através do link:

<https://transparencia.betha.cloud/#/HbaroMbs1JAtsYb3aIbudQ==>

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

Disponível através do link:

<https://transparencia.betha.cloud/#/HbaroMbs1JAtsYb3aIbudQ==>



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná
CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

ANEXO III

ORIENTAÇÕES SOBRE A ETAPA DE LANCES E ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ADEQUADA

1. Dos Lances

1.1. O objeto da licitação é constituído por um único item, e o critério de julgamento das propostas será o de menor valor global anual ofertado para o item – Gerenciamento de fornecimento de combustíveis na Prefeitura de Goioerê/PR.

1.2. O item será lançado dentro do portal Compras.gov na forma de um item com valor inicial de R\$ 4.493.100,00, esse valor foi definido a partir de:

PLANILHA ORÇAMENTARIA					
Item	Und. medida	Qtd	Descrição	Valor de Referência R\$	Valor Total Estimado R\$
1	Lts	50.000	Álcool combustível	4,52	226.000,00
2	Lts	150.000	Gasolina	6,68	1.002.000,00
3	Lts	150.000	Óleo diesel comum	6,90	1.035.000,00
4	Lts	300.000	Óleo diesel S10	7,14	2.142.000,00
Valor Estimado dos Combustíveis R\$-					4.405.000,00
5	Mês	12	Taxa de Administração	2,00%	88.100,00
6	Mês	12	Desconto a incidir sobre os preços dos combustíveis	0,00%	0,00%
Valor Total Estimado da Contratação <u>com</u> a Taxa de Administração R\$-					4.493.100,00

1.3. Tendo em vista as peculiaridades desta contratação, apresentam-se os esclarecimentos referentes à planilha orçamentária, os quais deverão ser observados pelas licitantes quando da elaboração de suas propostas de preços:

a) Para a elaboração da planilha orçamentária do valor total dos combustíveis, foram utilizados os valores médios praticados pela Tabela (ANP) do município de Umuarama, cidade mais próxima de Goioerê cadastrada no sistema, além disso, foi considerada a média estadual do Paraná como parâmetro adicional de referência. Todos os valores de referência correspondem a pesquisa de preços praticados entre os dias 26/04/2026 e 02/05/2026. Para fins de formulação da proposta na licitação, as quantidades e os preços estimativos dos combustíveis foram considerados imutáveis.

b) Considerando as pesquisas de preços realizadas sobre outros contratos públicos para o mesmo tipo de objeto, pesquisa na plataforma Banco de Preços e fornecedores, PNCP, conforme anexo ao termo de formalização da pesquisa de preços – FPP, decidiu-se por manter a **taxa de administração estimada em 2,00% (dois por cento)**, que será considerada **a taxa máxima de administração aceita nas propostas**. Também com base na mesma pesquisa decidiu-se manter a **taxa de desconto a incidir sobre os preços dos combustíveis**, por ocasião dos faturamentos, **em 00,00% (zero por cento)**, ou seja, **sem concessão de desconto**.



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

- c) **A proposta deverá conter todos os tipos de combustível, a taxa de administração e, se houver, o percentual de desconto.**
 - d) Caso a proposta da licitante apresente falhas, o Pregoeiro poderá solicitar a correção ou a justificativa de tais falhas.
 - e) O ajuste da proposta não poderá implicar aumento do seu valor global.
 - f) Também será desclassificada a proposta que, após as diligências, não corrigir ou justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro.
 - g) **Não serão aceitas propostas com valor da taxa de administração ou valor global superiores ao estimativos ou com preços manifestamente inexequíveis.**
 - h) Os preços propostos não poderão ser superiores aos orçados pela administração, e devem incluir todos os insumos que os compõem, tais como as despesas com mão de obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.
 - i) Os valores da planilha orçamentária constante deste Anexo são meramente estimativos, devendo a proposta da licitante obedecer às condições dispostas no Edital e em seus Anexos, com especial atenção às observações dispostas no Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços.
- 1.4. Ofertada taxa de desconto durante a licitação, na fase de execução contratual essa taxa será aplicada a todos os futuros faturamentos da contratação, inclusive se o preço, no momento do abastecimento, for promocional.
- 1.5. Será aceita proposta com valor zero de taxa de administração, o que indica que a Contratada não repassará o custo de administração para o município de Goioerê/PR.
- a) **Quaisquer propostas cujo valor seja igual ou inferior a R\$ 4.405.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e cinco mil reais) corresponderão à oferta de taxa de administração de 0% (zero por cento).**
 - b) **Quaisquer propostas cujo valor seja inferior a R\$ 4.405.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e cinco mil reais) corresponderão a taxa negatizada, com oferta de percentual de desconto que incidirá sobre os valores dos combustíveis, por ocasião dos faturamentos.**
 - c) **Os valores ofertados para a taxa de administração e para o percentual de desconto, este se houver, deverão constar da proposta apresentada e serão conferidos para fins de verificação de sua aceitabilidade.**



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná
CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

ANEXO IV

MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

Razão Social/Nome:		CNPJ/CPF:
Endereço:		Bairro
Cidade:	Estado:	CEP:
Telefone/Celular:		Email:
Banco:	Agência	Conta C ou Pou.:

A proponente acima nomeada, vem apresentar a sua proposta de preços, referente a (ao) Pregão Eletrônico nº ____/2026, conforme abaixo relacionado:

PLANILHA ORÇAMENTARIA					
Item	Und. medida	Qtd	Descrição	Valor de Referência R\$	Valor Total Estimado R\$
1	Lts	20.000	Álcool combustível	4,52	226.000,00
2	Lts	100.000	Gasolina	6,68	1.002.000,00
3	Lts	150.000	Óleo diesel comum	6,90	1.035.000,00
4	Lts	250.000	Óleo diesel s 10	7,14	2.142.000,00
Valor Estimado dos Combustíveis R\$-					4.493.100,00
5	Mês	12	Taxa de Administração	%	
6	Mês	12	Desconto a incidir sobre os preços dos combustíveis		
Valor Total Estimado da Contratação <u>com</u> a Taxa de Administração R\$-					

Declaramos que:

- 1) O prazo de validade da presente proposta é de ____ (_____) dias, a contar da presente data.
- 2) O(s) local(is), horários e prazos de execução do objeto, será conforme o Termo de Referência e Solicitação de fornecimento.
- 3) Ciência ao prazo de pagamento de até 30 (trinta) dias, a contar a partir do recebimento e constatação de que o objeto foi devidamente recebido, em conformidade com as especificações do Edital, Termo de Referência e solicitação de fornecimento.
- 4) Aceitamos todas as condições do processo, responsabilizando-nos por esta proposta e pelo cumprimento de todas as legislações pertinentes.
- 5) Contato para envio de Solicitações/Pedidos, bem como possíveis comunicações referentes a contratação deverão ser através do Fone () ____-____ e E-mail: _____@_____.
- 6) O preposto responsável, caso seja necessário o contato da administração será o Sr.(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, fone (ddd) xxxxx-xxxx.



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

7) Cientes de que comunicações, notificações, interpelações ou esclarecimentos relativos à fiscalização ou cumprimento ocorrerão por intermédio do e-mail informado, responsabilizando-nos em manter o cadastro atualizado para tal finalidade.

8) Cientes de que os prazos serão considerados pela administração a partir da data do envio da mensagem independente de recibo ou confirmação de leitura.

Cidade, data.

Nome e assinatura do representante legal

RG/CPF:

Cargo:



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná
CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

ANEXO V

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026,
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
GOIOERÊ-PR E A EMPRESA ____.**

O Município de Goioerê-PR, com sede no(a) Av. Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, na cidade de Goioerê, Estado Paraná, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito Municipal **PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO**, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2029, matrícula funcional nº 604009, portador da cédula de Identidade RG nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) empresa _____ inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na cidade de _____, na _____ doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela (o) _____, e inscrito no CPF nº _____, tendo em vista o que consta no Processo nº ____/____ e em observância às disposições da e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Municipal nº 2.972/2023, Decreto Municipal nº 8.518/2023 e demais legislação aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº ____/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a Contratação de empresa especializada no **Gerenciamento do Abastecimento de Combustível (gasolina, etanol, diesel comum, S10) da Frota de Veículos** do Municipal de Goioerê-PR, em uma ampla rede credenciada de postos em Território Nacional, por meio de software específico, conforme especificações definidas., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Detalhamento dos itens

PLANILHA ORÇAMENTARIA					
Item	Und. medida	Qtd	Descrição	Valor de Referência R\$	Valor Total Estimado R\$
1	Lts	20.000	Álcool combustível	4,52	226.000,00
2	Lts	100.000	Gasolina	6,68	1.002.000,00
3	Lts	150.000	Óleo diesel comum	6,90	1.035.000,00
4	Lts	250.000	Óleo diesel s 10	7,14	2.142.000,00
Valor Estimado dos Combustíveis R\$-					4.493.100,00
5	Mês	12	Taxa de Administração	%	

43

Av. Amazonas, 280 – Jardim Lindóia – CEP: 87360-000 – Goioerê – Paraná
www.goioere.pr.gov.br





MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná
CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

6	Mês	12	Desconto a incidir sobre os preços dos combustíveis		
Valor Total Estimado da Contratação <u>com</u> a Taxa de Administração R\$-					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta da contratada;
- 1.3.4. Demais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **1 (um) ano** contado da publicação do contrato no diário oficial dos municípios do Paraná, podendo ser prorrogado na forma do art. da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

- 3.1 O valor global anual estimativo da contratação é de R\$ (.....).
- 3.2. A taxa de administração é de% (..... por cento);
- 3.3. O desconto a ser aplicado sobre o valor do combustível na tabela da ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Brasil durante a execução do contrato é de% (..... por cento)
- 3.4 No valor acima estão inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 3.5. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas provenientes desta contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Cód. Red.	Funcional Programática	Fonte	Elemento da Despesa
66	04.122.0002.2.013	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000	3.3.90.30.00.00.00.00
51	02.062.0002.2.011	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000	3.3.90.30.00.00.00.00



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná
CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

340	08.122.0008.2.052	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000	3.3.90.30.00.00.00.00
497	18.541.0004.1.201	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000	3.3.90.30.00.00.00.00
503	20.608.0004.2.072	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000	3.3.90.30.00.00.00.00
576	04.122.0002.2.081	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000	3.3.90.30.00.00.00.00
557	13.392.0005.2.079	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000	3.3.90.30.00.00.00.00
274	12.365.0007.2.045	00103.00103.01.01.00.00.1.500.1001	3.3.90.30.00.00.00.00
289	12.361.0007.2.046	00104.00104.01.01.00.00.1.500.1001	3.3.90.30.00.00.00.00
535	27.812.0005.2.077	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000	3.3.90.30.00.00.00.00
5	04.122.0002.2.002	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000	3.3.90.30.00.00.00.00
113	04.121.0002.2.023	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000	3.3.90.30.00.00.00.00
127	04.123.0002.2.024	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000	3.3.90.30.00.00.00.00
134	04.129.0002.2.025	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000	3.3.90.30.00.00.00.00
22	04.122.0002.2.005	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000	3.3.90.30.00.00.00.00
513	22.122.0003.2.074	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000	3.3.90.30.00.00.00.00
92	15.452.0003.2.019	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000	3.3.90.30.00.00.00.00
98	15.452.0003.2.021	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000	3.3.90.30.00.00.00.00
180	10.301.0006.2.030	00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002	3.3.90.30.00.00.00.00
588	06.181.0005.2.082	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000	3.3.90.30.00.00.00.00
596	06.182.0005.2.083	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000	3.3.90.30.00.00.00.00
470	15.452.0003.2.070	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000	3.3.90.30.00.00.00.00

4.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. Para fins de pagamento, a Contratada deverá emitir conforme dados do Órgão usuário, nota fiscal relativa à quinzena de prestação dos serviços, detalhando o **valor dos combustíveis fornecidos** e o respectivo desconto.

5.1.1. A Nota fiscal referente a prestação dos serviços deverá ser em nome de **PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ**, inscrita no CNPJ sob nº



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, Goioerê - Paraná. Já para o faturamento da prestação dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde a nota fiscal deverá ser em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, CNPJ sob o nº 09.298.629/0001-34;

5.2. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da contratação, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o município atestar o recebimento.

5.4. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, (CNDs Federal, Trabalhista e Certificado de Regularidade do FGTS).

5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.6. Antes de cada pagamento será realizada consulta conforme dispostos no art. 68 da Lei 14.133/21 para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas.

5.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.8. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

5.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação fiscal e trabalhista.

5.12.1. Será rescindido o contrato com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, emergência ou calamidade pública ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor/Prestador de serviços não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração Pública, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = $(6 / 100)$	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. O valor da taxa de administração e do percentual de desconto aplicados aos combustíveis propostos serão fixos e irrevogáveis.

6.2. As redes de postos de abastecimento apresentada pela contratada deverá praticar o preço de mercado à vista, de bomba, não podendo, porém, este preço exceder ao Preço Médio ao Consumidor, publicado no site oficial da Agência Nacional do Petróleo - ANP, vigente na semana e Região onde ocorrer o abastecimento, deste modo conforme valor praticado do combustível, haverá reajuste no valor pago a contratada.



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitido a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada a outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto contratado, sob pena de rescisão do Contrato e aplicação de multas e sanções cabíveis, conforme legislação vigente.

9. CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO, FORNECIMENTO, TREINAMENTO E RECEBIMENTO

9.1. **Condições de entrega:** O prazo para início da prestação dos serviços será de até **24 (vinte e quatro) horas** após a assinatura do contrato, observando-se, contudo, o cronograma de implantação com as etapas específicas de execução e acompanhamento conforme segue:

9.1.1. Da Implantação e Cronograma

9.1.1.1. O sistema de gestão deverá estar implantado em todos os postos da rede credenciada, em condições de pleno funcionamento, no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da assinatura do contrato, conforme cronograma definido pelo Contratante.

9.1.1.2. A implantação deverá assegurar

- a) Disponibilidade plena do sistema para registro e acompanhamento das operações de abastecimento.
- b) Cadastramento inicial de veículos, equipamentos e usuários.
- c) Condições adequadas para utilização dos cartões de abastecimento e acesso às funcionalidades de gestão.
- d) Treinamento básico dos usuários e gestores para operação do sistema.



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

9.1.1.3. Durante o período de implantação, deverá ser garantida a continuidade do atendimento da frota, sem prejuízo às atividades essenciais do Município.

9.1.1.4. No ato da assinatura do contrato, a empresa deverá apresentar rede credenciada mínima capaz de assegurar o atendimento imediato da frota municipal. O credenciamento integral dos postos necessários para cobertura completa deverá ser concluído em até **30 (trinta) dias corridos**, conforme cronograma aprovado pelo Contratante.

9.1.1.5. O cronograma de execução observará as seguintes etapas, que poderão ser ajustadas conforme necessidade operacional, desde que respeitado o prazo final de 30 (trinta) dias:

- a) **Até o 10º dia:** cadastramento dos veículos, equipamentos e usuários no sistema de gestão;
- b) **Até o 15º dia:** confecção e fornecimento dos cartões individuais de identificação da frota;
- c) **Até o 20º dia:** disponibilização ao Contratante dos dados cadastrais da rede credenciada;
- d) **Até o 25º dia:** realização do treinamento dos condutores e gestores credenciados;
- e) **Até o 30º dia:** conclusão do credenciamento dos postos necessários para atendimento integral das bases operacionais.

9.1.2. O processo de implantação compreenderá as seguintes atividades:

- a) Cadastro dos veículos;
- b) Cadastro dos usuários;
- c) Definição da logística da rede de postos credenciados;
- d) Preparação e distribuição dos equipamentos periféricos;
- e) Fornecimento ao Contratante dos dados cadastrais da rede credenciada;
- f) Treinamento dos condutores e gestores;
- g) Fornecimento dos cartões vinculados à frota.

14.2.2.1. A implantação do sistema deverá garantir todas as condições necessárias para seu pleno funcionamento, incluindo os recursos tecnológicos, operacionais e de suporte indispensáveis.

9.1.3. Dos Recursos Tecnológicos e Operacionais

9.1.3.1. O processo contemplará a disponibilização de softwares, equipamentos de leitura e transmissão de dados, credenciamento da rede, manutenção preventiva e corretiva, treinamento dos usuários e fornecimento de manuais de operação.

9.1.3.2. O sistema deverá estar totalmente operacional sem custos adicionais para a Administração, assegurando que a frota municipal tenha acesso contínuo, seguro e eficiente às funcionalidades de abastecimento e gestão desde o início da vigência contratual.



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

9.1.3.3. O sistema de gestão deverá dispor de suporte técnico disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, assegurando:

- a) Atualizações periódicas da plataforma informatizada, com registro das versões implementadas;
- b) Manutenção preventiva e corretiva dos recursos utilizados, com prazos máximos de atendimento definidos em contrato;
- c) Integridade dos dados de abastecimento, mediante mecanismos de backup automático e validação de registros;
- d) Rastreabilidade das informações, permitindo identificar usuário, data e hora de cada operação;
- e) Relatórios eletrônicos em tempo real, disponibilizados em formato digital padronizado, para acompanhamento imediato das operações e controle da frota pelo contratante.

9.1.3.4. O serviço será prestado de forma ininterrupta, por se tratar de atividade essencial ao funcionamento da frota municipal, garantindo o funcionamento essencial da frota municipal em atividades como transporte escolar, saúde e coleta de resíduos.

9.1.3.5. O serviço deverá ser conduzido de forma integrada e contínua, garantindo que todos os veículos e equipamentos da frota municipal tenham acesso imediato ao abastecimento e às funcionalidades do sistema de gestão.

9.1.3.6 O sistema de gestão deverá operar em ambiente informatizado on-line, permitindo consultas instantâneas sobre abastecimentos, serviços e relatórios. A execução contemplará:

- a) Registro automático de cada operação com dados de veículo, condutor, combustível, quantidade, custo e local de abastecimento.
- b) Disponibilização de relatórios eletrônicos por período, por veículo, por tipo de combustível e por condutor.
- c) Parametrização direta pelo gestor, sem necessidade de intervenção externa, para definir limites de abastecimento, tipos de combustível autorizados e valores máximos por operação.

9.1.4. Da Segurança e Controle de Abastecimento

9.1.4.1. O abastecimento deverá ocorrer em rede credenciada de postos, praticando preços de mercado à vista e fornecendo comprovantes físicos ao condutor. Em situações excepcionais, o abastecimento poderá ser realizado em posto não credenciado, com posterior integração dos dados ao sistema de gestão para manter a rastreabilidade.

9.1.4.2. A execução do serviço deverá assegurar mecanismos de segurança, incluindo:

- a) Uso de cartões individuais vinculados a cada veículo ou equipamento.
- b) Disponibilização de cartões reservas para situações emergenciais.
- c) Senhas pessoais para condutores, evitando utilização indevida.



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

d) Substituição imediata de cartões extraviados ou defeituosos, sem interrupção do serviço.

9.1.4.3. O suporte técnico deverá ser permanente, com manutenção preventiva e corretiva dos sistemas e equipamentos, além de atualização contínua do software de gestão.

9.1.4.4. Os cartões serão entregues sem custos ao Contratante, devidamente identificados de forma clara e segura, contendo informações necessárias para vinculação à frota municipal. A personalização visual poderá incluir elementos de identificação do Município, conforme orientação do Contratante, sem que isso represente ônus adicional.

9.1.4.5. Cada veículo da frota receberá um cartão individual, vinculado às suas informações cadastrais (marca, modelo, placa, chassi, capacidade do tanque, tipo de combustível, consumo médio e autonomia).

9.1.4.6. Será disponibilizado um cartão específico para o gerador de energia elétrica do prédio sede, destinado à aquisição de óleo diesel em galões.

9.1.4.7. Serão disponibilizados 05 (cinco) cartões “coringa” para situações excepcionais, como abastecimento de veículos não pertencentes ao patrimônio municipal ou substituição temporária em caso de perda ou inutilização de cartões. O uso desses cartões deverá ser previamente autorizado pelo gestor do contrato, devidamente registrado no sistema de gestão, com definição da validade do uso. Após o término da situação, o cartão retornará ao status de reserva.

9.1.4.8. A substituição de cartões defeituosos ou extraviados deverá ocorrer em até 02 (dois) dias úteis após solicitação eletrônica ou via sistema on-line. Nos casos de veículos destinados a serviços essenciais (como transporte escolar, saúde e coleta de resíduos), a empresa deverá assegurar solução imediata ou alternativa operacional que garanta a continuidade do abastecimento.

9.1.4.9. Os cartões novos serão emitidos para veículos que venham a integrar a frota em até 05 (cinco) dias úteis.

9.1.4.10. Cada condutor terá senha pessoal e intransferível vinculada ao seu cartão, sendo de inteira responsabilidade do usuário a guarda e sigilo dessa informação.

9.1.5. Do Abastecimento, Cadastro e Parametrização da Frota

9.1.5.1. O abastecimento será validado por senha individual do condutor, garantindo segurança e evitando uso indevido.

9.1.5.2. O abastecimento e os serviços serão operacionalizados por meio de sistema informatizado on-line, permitindo consultas em tempo real via internet.

9.1.5.3. O sistema registrará cada operação de forma individualizada, com dados de combustível, valor, quantidade, veículo, condutor, posto credenciado (nome e CNPJ), hodômetro, data, hora e local.

9.1.5.4. Cada veículo será cadastrado com informações mínimas como placa, marca/modelo, status (ativo/inativo), capacidade máxima de abastecimento, tipo de combustível, fabricante, ano de fabricação, versão, hodômetro e cor.



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

9.1.5.5. Cada usuário será identificado no sistema por nome, CPF e matrícula.

9.1.5.6. O gestor designado terá autonomia para parametrizar o sistema, definindo limites e condições de abastecimento, como:

- a) quantidade máxima de combustível por operação;
- b) quilometragem mínima entre abastecimentos;
- c) limites de consumo em períodos determinados;
- d) serviços autorizados;
- e) preço unitário máximo de combustível;
- f) tipos de combustível permitidos.

9.1.5.7. Todas as parametrizações poderão ser ajustadas diretamente pelo gestor, sem necessidade de intervenção da empresa fornecedora, garantindo agilidade e independência na gestão da frota.

9.1.5.8. A Contratada deverá garantir que o sistema de gestão e todos os procedimentos relacionados ao abastecimento e controle da frota estejam em conformidade integral com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD). Isso inclui:

- a) Tratamento adequado e seguro dos dados pessoais coletados (como CPF, matrícula, placa e demais informações vinculadas);
- b) Implementação de medidas técnicas e administrativas para proteção contra acessos não autorizados, perda, alteração ou divulgação indevida;
- c) Disponibilização ao Contratante de relatórios de conformidade e mecanismos de auditoria, sempre que solicitado;
- d) Responsabilidade exclusiva da Contratada por eventuais violações à LGPD decorrentes da execução do contrato.

9.1.6. Da Rede Credenciada e Cobertura

9.1.6.1. Os postos credenciados deverão garantir o abastecimento da frota municipal em horário compatível com as necessidades operacionais do Município, preferencialmente das 06h00 às 22h00, de segunda-feira a sábado. Em casos de demanda fora desse período, a empresa deverá assegurar alternativas que garantam o atendimento contínuo da frota.

9.1.6.2. No município de Goioerê, deverão estar disponíveis unidades estruturadas em número suficiente para assegurar o atendimento imediato da frota municipal, preferencialmente no mínimo 03 (três), podendo ser ajustado conforme necessidade operacional definida pelo Contratante.

9.1.6.3. A rede será distribuída de forma uniforme entre as regiões da cidade (centro, norte, sul, leste e oeste), assegurando economicidade e evitando deslocamentos desnecessários.

9.1.6.4. Nas principais rodovias federais e estaduais do Paraná (PR 082, 180, 323, 317 e 477; BR 272, 277, 369 e 487), o credenciamento deverá assegurar cobertura



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

suficiente para os deslocamentos da frota municipal, preferencialmente com postos disponíveis em intervalos de 100 (cem) km. Quando não houver postos que atendam a esse critério, a empresa deverá apresentar justificativa e garantir alternativa operacional que assegure o abastecimento contínuo.

9.1.6.5. Quando não houver postos que atendam aos critérios, será realizada justificativa formal e credenciamento alternativo em até 15 (quinze) dias corridos.

9.1.6.6. Os novos credenciamentos solicitados pelo contratante também deverão ser efetivados em até 15 (quinze) dias.

9.1.6.7. As instalações dos postos credenciados deverão permitir manobras de caminhões e unidades móveis de abastecimento.

9.1.6.8. As alterações na rede credenciada serão comunicadas imediatamente ao contratante via sistema on-line.

9.1.6.9. O pagamento aos postos credenciados será realizado diretamente pela empresa gestora, não cabendo ao Contratante qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária. A empresa deverá assegurar que todos os pagamentos sejam efetuados dentro dos prazos acordados com os postos, mantendo registros atualizados e disponíveis para consulta pelo Contratante.

9.1.6.10. A rede credenciada estará sempre disponível para consulta atualizada, com endereços, contatos e informações pertinentes. Em situações excepcionais, o abastecimento poderá ocorrer em posto não credenciado, com posterior integração ao sistema de relatórios.

9.1.7. Dos Relatórios e Fiscalização

9.1.7.1. O sistema informatizado disponibilizará em tempo real os registros das operações, contendo informações como placa do veículo, identificação do usuário, estabelecimento, município, data, hora, tipo de operação, produto adquirido, quantidade, valor unitário e total, além da quilometragem registrada.

9.1.7.2. Os relatórios gerenciais fundamentais deverão incluir, no mínimo:

- a) Relatório cadastral dos veículos, contendo dados completos e atualizados;
- b) Controle de abastecimento por veículo, com registro de quilometragem, consumo médio, quantidade de litros e custo total por tipo de combustível, em periodicidade mensal e anual;
- c) Relatórios de consumo por unidade usuária, disponibilizados em periodicidade mínima mensal, contendo identificação dos veículos abastecidos, dados de consumo e preços médios e máximos conforme tabela da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis)

9.1.7.3. Os relatórios estarão disponíveis via web a qualquer momento, podendo ser emitidos relatórios específicos conforme necessidade do contratante, desde que relacionados ao controle da frota.

9.1.7.4. O abastecimento será realizado sempre pelo preço de mercado à vista, não podendo exceder o preço médio ao consumidor divulgado pela ANP (Agência



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) para a região e semana correspondente.

9.1.7.5. Valores superiores ao máximo da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), serão considerados abusivos e deverão ser justificados, com possibilidade de ressarcimento em caso de dolo ou erro.

9.1.7.6. Promoções praticadas pelos postos credenciados serão automaticamente estendidas à frota municipal. O sistema permitirá registro de negociações de preços visando redução do valor de bomba em áreas de maior concentração de veículos.

9.1.8. Da Contingência e Suporte Técnico

9.1.8.1. O fornecimento seguirá todas as normas da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), e casos de adulteração ou irregularidades serão comunicados imediatamente ao contratante e às autoridades competentes.

9.1.8.2. Nos casos de falha dos equipamentos periféricos da rede credenciada ou dos cartões dos veículos, assim como na ocorrência de situações adversas, tais como falta de energia elétrica, a Contratada deverá disponibilizar procedimento contingencial por meio de serviço de atendimento ao cliente, com comunicação imediata ao Contratante e registro da ocorrência no sistema de gestão.

9.1.8.3. A rede credenciada deverá obter, por telefone, o número da autorização de abastecimento, a ser transcrito para formulário específico da Contratada, com posterior integração dos dados ao sistema informatizado, garantindo rastreabilidade e transparência.

9.1.8.4. O suporte técnico deve ser realizado por meio de serviço de atendimento ao cliente, por telefone, internet ou outro meio eletrônico. Para tal serviço, deve possuir uma central de atendimento com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia em todos os dias da semana, que permita ao Contratante o acesso ao suporte.

9.1.9. Da Capacitação e Treinamento

9.1.9.1. O programa de capacitação de pessoal será disponibilizado em até **15 (quinze) dias**, sem ônus para o Contratante, destinado a todos os fiscais e gestores envolvidos na utilização do sistema, incluindo:

- a) Operações de cadastramento, parametrização dos cartões e limite de crédito;
- b) Detalhamento dos procedimentos para utilização do software de gestão e emissão de relatórios;
- c) Informações relativas a eventuais falhas operacionais e providências necessárias para resolvê-las;
- d) Aplicação prática do sistema;
- e) Outras informações julgadas oportunas e necessárias para a correta utilização do sistema.
- f) O treinamento deverá ser registrado em ata ou relatório, para comprovação futura.

9.1.9.2. O treinamento deverá ser disponibilizado de forma presencial nas dependências do Órgão Contratante, ou em local por ele designado, podendo também

54



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

ser realizado em formato remoto, conforme conveniência e alinhamento com o gestor ou fiscal.

9.1.9.3. Todos os materiais e equipamentos necessários para a realização do treinamento serão de inteira responsabilidade da empresa Contratada, sem ônus adicional para o Contratante.

9.1.9.4. Para contribuir com o processo de capacitação, será disponibilizado à Contratante e aos demais órgãos, no mínimo, 01 (um) exemplar do Manual do Usuário em língua portuguesa, em versão impressa ou digital (PDF), contendo orientações necessárias para a execução das atividades.

9.1.9.5. Quando houver alteração de funcionalidades do sistema que afetem diretamente a operação, a Contratada deverá oferecer treinamento de reciclagem, que poderá ser aplicado de forma presencial ou virtual, conforme definido em conjunto com o gestor ou fiscal.

9.2. **Local de entrega:** O serviço será prestado por meio de rede credenciada de postos de combustível, com abrangência mínima que assegure atendimento em todo o Estado do Paraná.

9.3. **Recebimento:** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

9.3.1. O fiscal do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

9.3.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

9.3.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

9.3.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

9.3.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

9.3.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- c) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- d) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- e) Enviar a documentação pertinente ao setor de finanças para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- f) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- g) Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- h) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.4. **Especificação da garantia da contratação:** O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

16.1. As partes deverão fielmente cumprir o contrato, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná
CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

16.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

16.4. A Responsável pela gestão do contrato será:

Gestora:

SERVIDOR	MATRICULA FUNCIONAL
Luciana Scudeler Barradas;	505385

16.5. Competirá ao gestor, coordenar as atividades relacionadas à fiscalização, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor responsável para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam possíveis prorrogações, alterações, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, cancelamento, formalização de contrato dentre outros que envolvam a gestão do contrato.

16.6. O(s) Responsável(is) pela fiscalização do contrato será:

Fiscais:

SERVIDOR	MATRICULA FUNCIONAL
Ademir Peres de Souza Junior	506037
Antonio Pacheco	406410
Ademilson da Silva Santana	505847
Adriana Aparecida Menezes Moreira	406468
Antonio Donizete Bernine	506219
Daiane Maria Bortoluzzi Ferreira	505880
Janaina Carolina de Oliveira	506230
Patrícia Maria Gervazio	505030
Alexandro Pastorello	5062001
Henrique de Lima Fernandes da Silva	5061441
Marines Alice de Souza	505027
Natã Oliveira da Silva	503755
Aline Serafim da Silva Rothenbucher Nakano	505205
Aline Calixto da Silva da Paixão	504711
Ana Flávia de Souza Costa	504992
Ana Luiza de Carvalho	506102
André Borrasca Ghiotto	406418
Andressa Ohara Chignalia	506227



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná
CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

Anirleia de Oliveira de Paula	54715
Antonia Simoni Aparecida de Amorim	506315
Arildo Gomes dos Santos	406432
Bruna Mayara da Silva	5061801
Camila Luiz Pinheiro	406433
Daniela de Souza Toniato	506235
Elisangela Teodoro Rafael	5061991
Fabiana Pereira	505597
Felipe da Costa Gueras	5061221
Gean Lucas Silvestre Farias	506012
Gisele Fernanda Alves de Camargo Kloster	406408
Henrique de Almeida da Silva	506061
Leia Rodrigues Merino	505922
Leones Ribeiro Aragão	505151
Lilian Andreza Ohara	505218
Liliane Sestak Lino	504976
Lillian Carla dos Santos	505881
Lorena Garcia Dantas	406431
Maria Eduarda da Cruz Chaves	406430
Maria Ivonete Cardoso de Macedo	406429
Mariana Mateus	505349
Marcos Massao Nakano	505236
Mayk Ramalho dos Santos	505388
Priscilla Garcia Saraceni Lopes Neiva da Silva Cotrim da Silva	505270
Renata Zamproni Dias	506372
Selma Aparecida de Souza	5061521
Regis Rogerio Luiz Chaves	406514
Rodrigo Dalmolin	505919
Viviane dos Santos	505248
Vanessa Marcon Pelói Flávio	406517
Marcel Necésio Rodrigues Silva	406506
Alex Correia Costa	504718
André de Oliveira Dias	406435



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná
CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

Carlos Magno Lettrari dos Santos	504846
Larissa de Oliveria da Silva	406466
Lucas Gaspar Alencar	406465
André Hideki Sakata	504714
Valquiria de Paula	505009
Carolina Lélia Basaglia Jordão	502672
Igor Pavaneli Viqueti	406442
Sandra Regina de Souza Vieira	54766
Camila Danielle de Souza Felix	55231
Emerson de Almeida	505390
Fernando Roberto Parolo	505923
Guaracy Gimenes Ramos	505906
Sandra Souza e Souza	505906
Gabriela Tamy Santos Faleiros	406457
João Batista Alves Bezerra	406416
Patrícia Zamprone	505041
Pedro Pereira da Silva	504989
Ueder Barbosa Pereira Oliveira	505599
Vilson Domingos Salvador	406507
Cristiane Marçal dos Santos de Oliveira	506238
Patricia Daniele Neris	505386
Pricila Alves de Souza Oliva Barbosa	506245
Tiago Faquineti de Aragão	55576
Abdias Abrantes Junior	506002
Claudiney Lacerda de Jesus	406406
Bruno Scardelato Tertulino	506240
Priscila Alves Siqueira	506570
Ednalva dos Santos de Barros Fogaça	506021
Eliane da Silva Marynowski	506529
Emerson Rogério Loverra	505634
Graciele Giopato Lima Rosa	504789
João Henrique Sartori Bruno	506565
Cassia Romão Pereira	55045
João Victor de Oliveira Cavalcante	506346



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná
CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

Lucas Augusto Garrido Scholz	506022
Elizangela Malagutti Martines Salvador	406518
Anna Jullia Fernandes Siqueira e Silva	406583
Claudia Helena Gobbo Boschetti	406534
Francisco Monteiro de Souza	406463
Giovana da Silva de Paula	406438

16.7. Caberá ao(s) fiscal(is) dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação de serviços e tudo dará ciência à Administração Municipal, competindo ao mesmo o acompanhamento com o objetivo de avaliar o os produtos, bens e serviços nos moldes do termo de referência e solicitação de fornecimento, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo de entrega ou da prestação estão compatíveis com os indicadores estipulados no termo de referência e solicitação de fornecimento, bem como os pormenorizados no termo de referência, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração e o monitoramento dos aspectos administrativos e fiscais, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento, com relação a manutenção das obrigações de regularidade fiscal e trabalhista, auferidos mediante a verificação das certidões negativas atinentes àquelas mesmas exigidas na habilitação.

16.7.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

16.7.2. O(s) fiscal(is) do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16.7.3. As comunicações, notificações, interpelações ou esclarecimentos relativos à fiscalização ou cumprimento do contrato poderão se dar por intermédio do e-mail informado pela contratada na proposta, cabendo à contratada manter o cadastro atualizado para tal finalidade, salientando ainda que os prazos serão considerados pela administração a partir da data do envio da mensagem independente de recibo ou confirmação de leitura.

16.8. Compete ao gestor e ao(s) fiscal(is) conhecerem as normas, as regulamentações e os padrões estabelecidos pelo Município, Órgão de Controle Interno e demais legislações correlatas, quanto às suas atribuições e responsabilidades.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 São obrigações da Contratante:

11.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

60

Av. Amazonas, 280 – Jardim Lindóia – CEP: 87360-000 – Goioerê – Paraná
www.goioere.pr.gov.br





MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

11.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço prestado, para que seja reparado ou corrigido;

11.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de comissão/servidor especialmente designado;

11.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente aos serviços prestados, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

11.1.6. responder eventuais pedidos de reestabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro, feitos pelo Contratado, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do protocolo, nos termos do art. 92, inc. XI da Lei nº 14.133/2021.

11.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

12.1.1. executar o objeto conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, emitir nota fiscal após a conclusão dos serviços, na qual constarão as indicações pertinentes a prestação de serviços.

12.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 13, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado, em caso de avarias ou defeitos;

12.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da prestação de serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação/contratação direta;

12.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

12.1.7. assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando em ocorrência da espécie,



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

forem vítimas os seus empregados ou terceiros no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependências da Administração;

12.1.8. responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na prestação dos serviços.

12.1.9. cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

12.2. Rotinas a serem cumpridas:

12.2.1. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

12.2.1.1. Cadastro da frota: inclusão e atualização de dados de veículos (placa, modelo, combustível, capacidade, hodômetro).

12.2.1.2. Cadastro de usuários: identificação de condutores e gestores com CPF, matrícula e senha individual.

12.2.1.3. Parametrização do sistema: definição de limites de abastecimento, tipos de combustível autorizados, valores máximos e quilometragem mínima entre abastecimentos.

12.2.1.4. Controle de abastecimento: validação por senha pessoal, registro automático de cada operação (veículo, combustível, quantidade, valor, posto, data e hora).

12.2.1.5. Gestão dos cartões: emissão, substituição imediata em caso de perda/defeito, disponibilização de cartões reservas e vinculação individual por veículo.

12.2.1.6. Suporte técnico contínuo: atendimento 24h, manutenção preventiva/corretiva, contingência em caso de falhas.

12.2.1.7. Relatórios gerenciais: disponibilização em tempo real, com dados de consumo por veículo, unidade usuária e comparativo com preços da ANP.

12.2.1.8. Treinamento e capacitação: formação inicial e reciclagem de gestores e condutores, com manual do usuário e registro em ata.

12.2.1.9. Conformidade LGPD: proteção de dados pessoais, relatórios de conformidade e responsabilidade exclusiva da contratada por violações.

12.2.1.10. Rede credenciada: manutenção de postos credenciados em número suficiente, cobertura em rodovias e comunicação imediata de alterações.

12.2.1.11. Fiscalização e auditoria: mecanismos de rastreabilidade, relatórios de conformidade e auditorias periódicas.

12.2.2. Materiais a serem disponibilizados

12.2.2.1. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário, sendo:

- a) Cartões individuais: vinculados a cada veículo da frota, garantindo controle e rastreabilidade.
- b) Cartões reservas e coringa: para situações emergenciais ou substituição temporária.
- c) Softwares de gestão: sistema informatizado on-line para registro, relatórios e parametrização da frota.
- d) Equipamentos de leitura e transmissão: dispositivos para registrar e enviar dados de abastecimento em tempo real.
- e) Manuais de operação: impressos ou digitais, em português, para orientar gestores e usuários.
- f) Materiais de treinamento: apostilas, guias práticos e recursos didáticos para capacitação inicial e reciclagem.
- g) Formulários físicos de contingência: usados em casos de falha técnica ou abastecimento fora da rede credenciada.
- h) Equipamentos de backup: servidores ou dispositivos que assegurem integridade e recuperação dos dados.
- i) Ferramentas de manutenção: kits e equipamentos necessários para suporte técnico e reparos.
- j) Central de atendimento: infraestrutura de suporte técnico com funcionamento 24h.
- k) Materiais de auditoria: relatórios de conformidade, registros de rastreabilidade e fiscalização.
- l) Infraestrutura da rede credenciada: instalações adequadas nos postos, com espaço para manobras e atendimento da frota.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O Contratado incorrerá em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13.2. O Contratado, será responsabilizado administrativamente, nos termos da lei, pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial ou total do contrato;
- b) deixar de entregar a documentação exigida;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- f) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante julgamento e análise ou na execução do contrato;
- g) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.3. A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos proponentes e/ou contratados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civis e criminais:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.4. A sanção será aplicada mediante a natureza, a gravidade e a reprovabilidade da infração cometida, assim, a Administração considerará:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.5. A advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.6. A multa não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

13.6.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

13.6.2. Na aplicação de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. É cabível a aplicação de multa cumulativamente com todas as outras sanções dispostas nos incisos do artigo 156 da Lei 14.133/21.

13.8. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na execução; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto na Lei 14.133/21.

13.9. O impedimento de licitar e contratar será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.10. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 156, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

13.11.2. Serão indeferidas, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.12. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- a) interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput do art. 158 da Lei 14.133/21;
- b) suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 2013;
- c) suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

13.13. Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei 14.133/21.

13.14. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.6.3. Indenizações e multas.

14.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, conforme art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021).

14.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge,



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná
CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VEDAÇÕES

15.1. É vedado à CONTRATADA:

15.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

15.1.2 interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art's. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, nos termos do art. 132 da Lei nº 14.133/2021.

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

18.1. Os licitantes e o(s) contratado(s) devem observar e fazer observar, por seus fornecedores, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

18.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objeto de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “prática obstrutiva”: (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (II) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

18.3 Na Hipótese de financiamento, parcial, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financeiros pelo organismo se, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo;

18.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, na forma prevista na Lei Municipal nº 2.972/2023.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

20.1. É eleito o Foro de **Goioerê-Pr** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Estado do Paraná
CNPJ/MF: 78.198.975/0001-63

20.2 Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Goioerê-Pr, ____ de _____ de 2026

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

NOME:

RG nº:

NOME:

RG nº:

Assinantes



CLAUDIA ADRIANA CACELA ILTO DE MOURA

Assinou em 18/06/2026 às 17:10:41 com o certificado avançado da Betha Sistemas.

Eu, CLAUDIA ADRIANA CACELA ILTO DE MOURA, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador.betha.cloud** e insira o código abaixo:

3EY-PO5-1GP-62N